

PODER / MPF conclui que não houve omissão do governador do DF nem do ex-secretário de Segurança Pública nos atos golpistas de 8 de janeiro e arquiva o inquérito civil aberto para investigar suspeita de improbidade administrativa

Alívio para Ibaneis e Torres

» LUANA PATRIOLINO

O Ministério Público Federal (MPF) arquivou, ontem, o inquérito civil que apurava as responsabilidades do ex-secretário de Segurança Pública Anderson Torres e do governador do Distrito Federal, Ibaneis Rocha (MDB), nos atos golpistas de 8 de janeiro.

O procurador da República Carlos Henrique Martins Lima, que conduziu o inquérito civil, descartou que o chefe do Executivo local e seu então secretário tenham agido de forma omissa para facilitar a ação dos extremistas em Brasília.

“Embora seja possível apontar alguma falha no serviço de inteligência dos órgãos de segurança pública, que não foram capazes de identificar previamente o intuito dos manifestantes, ou apontar algum erro no fluxo de informações, não se verifica (...) uma conduta intencional de facilitar os atos criminosos”, diz um trecho do documento.

As conclusões foram apresentadas na decisão que justifica o arquivamento do inquérito aberto para investigar se Ibaneis e Torres cometeram improbidade administrativa. A Procuradoria da República no Distrito Federal

encerrou o caso e decidiu que não vai processá-los.

A decisão pelo arquivamento leva em consideração a nova Lei de Improbidade, que passou a exigir a comprovação do dolo, ou seja, da intenção de violar princípios da administração pública. A legislação deixou de prever a modalidade culposa dos atos de improbidade — cometidos por negligência ou imprudência.

O procurador afirma que “ao longo do dia 8, Ibaneis Rocha buscou se manter informado da situação da manifestação, recebendo relatos do secretário adjunto de Segurança Pública do DF, Fernando de Souza Oliveira”. “Logo, não é possível atribuir a Ibaneis Rocha uma ação ou omissão que tenha dado ensejo às invasões às sedes do Congresso Nacional, do STF e do Palácio do Planalto no dia 08/01/2023”, escreveu.

Por outro lado, as investigações na esfera criminal seguem, de forma autônoma, no Supremo Tribunal Federal (STF).

Além de Ibaneis e Torres, constam no inquérito outros investigados, que faziam parte da cúpula da segurança do DF, como o ex-número dois da Secretaria de Segurança Pública (SSP) Fernando de Sousa Oliveira; e a ex-subsecretária de Inteligência

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília



Ibaneis Rocha se disse feliz com a decisão do MPF; defesa de Anderson Torres reiterou inocência do cliente



Eu prestei todos os depoimentos necessários e, assim, aguardo a finalização disso tudo com muita transparência”

Ibaneis Rocha, governador do DF

da pasta Marília Alencar.

O ex-comandante do Departamento de Operações (DOP) da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) coronel Jorge Eduardo Naime; e os

Memória

Após os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva decretou intervenção federal no DF. O governador Ibaneis Rocha foi afastado do cargo por 66 dias e o então secretário de Segurança, Anderson Torres, acabou preso. Ele deixou a detenção em 11 de maio. Atualmente, ele cumpre medidas cautelares, como uso de tornozeleira eletrônica.

ex-comandantes-gerais da PM Klepter Rosa e Fábio Augusto Vieira também constavam como investigados nesse inquérito, agora arquivado.

Em coletiva de imprensa,

Ibaneis se disse feliz com a decisão do MPF. “Prestei todos os esclarecimentos possíveis. Tive busca e apreensão na minha residência e no meu escritório. Foram vistoriados os meus computadores”, afirmou. “Entreguei meus aparelhos telefônicos, porque não estava em Brasília no dia da apreensão. Eu prestei todos os depoimentos necessários e, assim, aguardo a finalização disso tudo com muita transparência.”

De acordo com a defesa de Torres, representada pelo advogado Eumar Novacki, “a independência funcional e o alto nível técnico do Ministério Público Federal foram decisivos para demonstrar a inocência do ex-ministro Anderson Torres em relação aos lamentáveis atos do 8 de janeiro”. “Reiteramos nossa confiança na Justiça e respeito às instituições”, acrescentou.

Por regras nas redes

» RENATO SOUZA

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, defendeu a regulamentação das redes sociais para combater a desinformação. As declarações foram feitas em discurso na abertura dos trabalhos da Corte.

Moraes anunciou ainda uma parceria com o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) para combater a ameaças e discurso de ódio. O acerto prevê a participação da Polícia Federal.

O ministro afirmou que resoluções sobre as eleições deste ano trarão regras para combater informações falsas e discurso de ódio e responsabilizar as chamadas big techs — grandes empresas de tecnologia que gerenciam serviços de redes sociais.

“Faz-se necessária uma regulamentação. Não só uma regulamentação do Tribunal Superior Eleitoral, da Justiça Eleitoral, porque essa será feita, será realizada em 2024. Mas há necessidade de uma regulamentação geral, do Congresso Nacional, em defesa da democracia”, discursou. “Não é possível mais permitir o direcionamento de discursos falsos, de ódio, sem qualquer responsabilidade das chamadas big techs.”

O magistrado também demonstrou preocupação com o uso de inteligência artificial nas eleições municipais deste ano. O mecanismo pode ser usado para alterar rosto, fala, e imagem dos candidatos.

Moraes destacou que a regulamentação deve ser debatida no Parlamento, pois, de acordo com ele, não é só uma questão das eleições, mas “da dignidade humana”.



Vai na certa. Vai na Pacheco.

Vacina contra a Dengue é na Drogarias Pacheco.

Venha, traga sua família e previna-se.

- ✓ Previne contra **quatro sorotipos**: DEN1, DEN2, DEN3 e DEN4.
- ✓ Indicada para pessoas entre **4 e 60 anos**.

Sempre disponível



LOJA



SITE



APP



Consulte a disponibilidade em nossas lojas ou acesse nosso portal e confira todas as vacinas.

